

**PROCESSO** - A.I. Nº 206981.0015/97-6/97  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - M A ESTEVAM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
**RECURSO** - REPRESENTAÇÃO DA PROFAZ  
**ORIGEM** - INFAZ LAURO DE FREITAS  
**INTERNET** - 20.02.02

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0039-11/02

**EMENTA:** ICMS. CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA DÍVIDA ATIVA. Representação proposta de acordo com o art. 119, inc. II, da Lei n.º 3.9956/81 (COTEB)., alterada pela Lei n.º 7.438/99, tendo em vista a comprovação de que o crédito exigido no Auto de Infração foi objeto de Denúncia Espontânea anterior ao procedimento fiscal, estando nos autos prova de que o imposto foi quitado através de pagamento em parcelas mensais. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

Trata-se de Representação da Procuradoria da Fazenda Estadual – PROFAZ, com fulcro nos art. 119, inciso II da Lei nº 3.956/81 (COTEB), na qual se pede que o Auto de Infração seja julgado improcedente. Compulsando os autos verificamos os seguintes fatos a seguir relatados. A ação fiscal foi desenvolvida para cobrar ICMS referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios e não recolhido nos prazos regulamentares. Na fase de julgamento, o órgão colegiado da Junta de Julgamento, através do Acórdão JJF n.º 2113/98, apreciando a impugnação do sujeito passivo, não deu provimento ao pedido, declarando a intempestividade do mesmo, fato que em verdade ficou caracterizado. O teor da peça defensiva contém, entretanto, informação do contribuinte onde é afirmado que apesar da apresentação fora do prazo da impugnação, motivada por razões de saúde do sócio, já havia efetuado o pagamento do ICMS exigido no Auto de Infração, através da Denúncia Espontânea de nº 65.227-0 e DAEs respectivos, que fez anexar ao processo – fls. 19 a 21 do PAF. Na decisão proferida pela JJF, todavia, foi sugerido o encaminhamento do processo à PROFAZ para a adoção das medidas pertinentes, inclusive as relacionadas no art. 136 da Lei nº 3956/81, face à constatação de que o crédito tributário exigido no Auto de infração refere-se a imposto denunciado pelo contribuinte em etapa anterior à conclusão do procedimento fiscal. Com base nas evidências acima elencadas e provas constante dos autos, a PROFAZ formula a este CONSEF Representação, pedindo o cancelamento de inscrição do débito na Dívida Ativa em razão da flagrante improcedência do Auto de Infração

### VOTO

Os documentos trazidos ao processo pelo contribuinte, na fase postulatória, ainda que apresentados fora do prazo legal, evidenciam que o sujeito passivo não era, por ocasião da lavratura do Auto de Infração, devedor das importâncias reclamadas pelo fisco, pois o tributo lançado havia sido objeto de Denúncia Espontânea e correspondente parcelamento. No texto da Decisão da Junta de Julgamento há menção desse fato extintivo da obrigação, mas por uma questão de ordem processual, não foi o mesmo apreciado, em razão da intempestividade da defesa fiscal. Mas foi sinalizado no ato decisório

que a PROFAZ poderia sanar a irregularidade da exigência tributária, representando ao CONSEF, para fins de declaração da improcedência do Auto de Infração e correspondente cancelamento de inscrição do débito na Dívida Ativa. Não há dúvida que nos autos está evidenciado que razão assiste ao sujeito passivo, face às provas inseridas às fls. 19 a 21 do PAF, e, dessa forma, meu voto é pelo ACOLHIMENTO da Representação.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala de sessões do CONSEF, 05 de fevereiro de 2001.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

TOLSTOI SEARA NOLASCO - RELATOR

MARIA JOSÉ R. COELHO LINS DE ANDRADE SENTO SÉ - REPR. DA PROFAZ